

Quito, 14 de Março de 2022

Os povos indígenas da Amazônia exigem que os Estados e as organizações internacionais tomem medidas contra as políticas extractivistas

Assembleia Ordinária da COICA 12 e 13 de Março de 2022

Os povos indígenas da bacia amazónica, através de diferentes espaços e acções, têm estado constantemente a alertar para a grave situação em que a nossa mãe natureza se encontra como resultado do sistema extractivista que rege a sociedade actual, um alerta que tem sido confirmado pela ciência.

Salientámos a necessidade urgente de tomar medidas a favor do planeta em espaços internacionais como o último Congresso Mundial de Conservação da IUCN em 2021 e a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas - COP26, advertindo que a Amazônia entrou num ponto de não retorno e que, para que possa manter as suas funções ecológicas, a Amazônia deve ser protegida, que, para que possa manter as suas funções ecológicas e cumprir o seu papel de regulador climático global, devemos proteger pelo menos 80% desta floresta até 2025, ameaçando não só o desaparecimento da vida dos povos indígenas, mas a própria vida do planeta; No entanto, os Estados e Partes não expressaram um forte compromisso e não conseguiram mitigar eficazmente os efeitos das alterações climáticas a nível global.

O estudo do Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas - IPCC demonstrou e divulgou que a gestão dos povos indígenas e comunidades territoriais na utilização e gozo dos seus direitos sobre o seu território é a única solução viável para o planeta, uma vez que outras acções e mecanismos empreendidos para mitigar as alterações climáticas não funcionaram e a crise climática está a agravar-se.

Os governos, que devem atender às nossas exigências, actuam com medidas anti-indígenas, tornando-se cúmplices na destruição da Amazônia e através de concessões que não cumprem o quadro legal e os direitos constitucionais, que dividem as organizações de base, regionais e nacionais para alcançar as suas políticas de "promoção irresponsável do investimento", expansão da fronteira agrícola e extrativista sobre os direitos territoriais dos povos indígenas.

Consequentemente, apelamos aos países, sociedade civil, organizações não governamentais, academia, sectores produtivos, cientistas e filantropos, a todo o mundo, a juntarem-se aos povos indígenas da bacia amazónica para empreenderem uma campanha pela verdadeira protecção da Amazônia, a realizarem acções urgentes e a passarem do protesto à proposta e, com ela, à acção conjunta.

Para atingir estes objectivos, o Órgão Coordenador das Organizações Indígenas da Bacia Amazónica - COICA, DEMANDS:

1. que os governos do Suriname, Guiana e Guiana Francesa reconheçam os povos indígenas na sua legislação, adoptando de forma vinculativa as regulamentações internacionais em vigor.
2. os mecanismos de financiamento climático são revigorados e as necessidades dos povos amazónicos são atendidas para combater os motores da desflorestação.
3. devem ser acordados mecanismos de moratórias ou cancelamento de dívidas e reestruturação da arquitectura financeira multilateral para facilitar a remoção de cadeias de valor extractivo dos territórios indígenas amazónicos.
4. Que o compromisso adoptado na COP 26 pelos países e doadores privados de apoiar 1,7 mil milhões de dólares para a protecção dos territórios indígenas durante os próximos quatro anos seja facilitado com urgência, garantindo que a governação indígena faça parte do processo de planeamento e implementação dos recursos destinados à Amazônia, gerando os seus próprios mecanismos e soluções inteligentes para que os recursos cheguem na proporção necessária e directamente aos povos indígenas, à resiliente Amazônia.
5. Que a utilização e o gozo dos direitos colectivos e territoriais dos povos indígenas sejam garantidos, tal como estabelecido em tratados internacionais, declarações e constituições nacionais, especialmente a consulta e o consentimento livre, prévio e informado de forma vinculativa nos governos da bacia amazónica.
6. Espaços multilaterais como a Organização do Tratado de Cooperação Amazónica (ACTO) e o Pacto de Leticia devem ser activados de acordo com os seus objectivos, integrando eficazmente a governação indígena regional nos seus grupos de planeamento e trabalho.
7. Que cada país da Bacia Amazónica facilita os processos de demarcação, reconhecimento, titulação e extensão de territórios indígenas, bem como o reconhecimento dos mecanismos de gestão territorial dos próprios povos indígenas na Bacia Amazónica.
8. Que a sociedade global, no seu processo de transição ecológica obrigatória, considere os mecanismos da cadeia de valor que reconhecem os produtos e serviços que podem ser oferecidos pela economia indígena como uma solução para o consumismo excessivo que nos colocou na actual situação de crise.
9. Finalmente, apelamos aos nossos irmãos e comunidades de base para que defendam o seu território e alertem para qualquer intrusão e perturbação que afecte os seus direitos.

Convidamos os nossos aliados mais próximos, os países que nos apoiaram e o público em geral a subscreverem esta declaração e a apelarem à mudança da história da humanidade de uma vez por todas.

Amazônia viva, a humanidade segura.

Atenciosamente seu,

CONSEJO DIRECTIVO DE LA COICA – CDC



José Gregorio Díaz Mirabal
Coordinador General COICA

Tuntiak Katán Jua
Vicecoordinador General COICA

Elcio Da Silva Manchineri
**Coordinador de Territorios
y Recursos Naturales**

Adolfo Chávez Beyuma
**Coordinador de Relaciones
Internacionales y Cooperación**

Tabea Casique Coronado
**Coordinadora de Educación,
Ciencia y Tecnología**

Michael John McGarrell
**Coordinador de Políticas
y Derechos Colectivos**

Irvin Ray Harvey Ristie
**Coordinador Comunicaciones
y Salud**

Harol Rincón Ipuchima
**Coordinador de Medio Ambiente
Cambio Climático y Biodiversidad**

Claudette Labonté
**Coordinadora de la Mujer
y Familia**

CONSEJO DE COORDINACIÓN DE LA COICA – CCC

Marlon Richard Vargas
Presidente CONFENIAE (Ecuador)

Tomas Candia
Presidente CIDOB (Bolivia)

Julio Cusurichi
Delegado AIDSESP (Perú)

Eligio Da Costa Evaristo
Presidente ORPIA (Venezuela)

Julio Cesar López
Presidente OPIAC (Colombia)

Sirito Yana Aloema
Presidente OIS (Surinam)

Thomas Lemmel Benson
Presidente APA (Guyana)

Francinara Soares
Coordinadora de COIAB (Brasil)